

## Nota do Editor

A primeira edição de *Problemas da filosofia da história*, de Georg Simmel (1858-1918), foi publicada em 1892. As duas edições seguintes, de 1905 e de 1907, foram bastante modificadas pelo Autor, que nunca se afastou do tema. Em dezembro de 1915, ele escreveu a Heinrich Rickert: “Tenho percebido perspectivas inteiramente novas sobre o tempo em sentido histórico. Se ainda tiver forças, espero trazer à luz alguns aspectos fundamentais que a teoria da história deixou de lado até aqui.”

Simmel não viveu o suficiente para preparar a quarta edição de seu livro, mas, entre 1916 e 1918 – ano de sua morte –, escreveu três ensaios, publicados neste volume, que mostram suas preocupações tardias com a teoria da história. Como, a partir da experiência vivida, somos conduzidos a essas construções teóricas que chamamos história? Como um acontecimento se torna história? Como o tempo descontínuo da história se relaciona com o tempo contínuo da vida? Que lugar o conceito de evolução ocupa no saber histórico? Por que a reconstituição histórica é um processo necessariamente criativo, que agrega e elimina informação? Qual a especificidade desse saber?

Destacado integrante da geração de intelectuais que estabeleceu a sociologia como disciplina acadêmica – geração que contou com Émile Durkheim, Vilfredo Pareto, Ferdinand Tönnies e Max Weber –, Simmel teve vastos interesses intelectuais. Além de grandes livros, deixou muitos ensaios. Os três aqui reunidos podem ser considerados uma espécie de testamento intelectual desse pensador em relação à teoria da história.

O EDITOR

# O problema do tempo histórico\*

Já que o objeto da história é o passado, abstraído tanto do presente quanto do futuro, o tempo é um dos elementos determinantes do seu conceito. Parece-me no entanto que nem a relação que o tempo mantém com outros elementos nem o sentido específico de seu efeito na história foram identificados até hoje com a clareza desejável, tampouco com a clareza possível.

Um conteúdo de realidade é histórico quando sabemos qual lugar ocupa em nosso sistema temporal. Tal determinação pode apresentar diversos graus de precisão. Definições formais aparentemente mais profundas e mais ricas do fato histórico dependem dessa evidência tão simples.

Isso exclui, primeiro, que um conteúdo de realidade se torne histórico simplesmente porque existiu numa época qualquer. Se

---

\* “Das Problem der historischen Zeit” é o texto de uma conferência intitulada “Erkenntnistheorie der historischen Zeit” [Epistemologia do tempo histórico], apresentada em 3 de março de 1916 na seção berlinense da Sociedade Kant. O texto foi publicado no mesmo ano em *Philosophische Vorträge* 12, Berlim, Von Reuther & Reichardt.

num lugar da Ásia forem descobertas ruínas urbanas soterradas, repletas de objetos interessantes, mas cuja idade não possa ser determinada nem pelo estilo nem por provas diretas ou indiretas, tais vestígios, embora preciosos e importantes, não serão um documento histórico. Se estiverem situados no tempo em geral e não num tempo determinado, são historicamente vazios. Mesmo que uma revelação qualquer nos fizesse saber que são relíquias de um povo conhecido, elas continuariam a não valer como documento histórico enquanto não se conseguisse atribuir-lhes, na evolução desse povo, uma situação determinada no tempo.

Características ainda mais singulares explicam por que a *compreensão*, em si, não pode atribuir a um conteúdo um caráter histórico. Para que se reconheça o caráter histórico de um conteúdo é preciso, sem dúvida, compreendê-lo; isso é condição *sine qua non*. Quando, por exemplo, nos dizem que uma pessoa teve um comportamento “incompreensível”, pois que totalmente diferente do que já conhecemos de sua personalidade, recusamo-nos a considerá-lo um fato histórico, mesmo se for possível. O simples fato de se nomear um Ser ou um acontecimento, o simples fato de ele ser potencialmente histórico exige o mínimo de compreensão. Sem isso, ele seria uma incógnita que não saberíamos nem qualificar nem distinguir. Quando dizemos que um acontecimento é uma batalha ou a construção de um canal, quando dizemos que uma ação revela poder, e até mesmo quando a qualificamos de incompreensível, tudo isso se fundamenta no princípio da compreensão.

Parece paradoxal que a compreensão seja algo atemporal e nada tenha a ver com a realidade histórica como tal. Mas o ato pelo qual eu “compreendo” a personalidade de São Paulo ou de Maurício da Saxônia é em princípio idêntico àquele pelo qual eu compreendo a personalidade de Otelo ou de Wilhelm Meister.

A compreensão – isto é, o fato de percebermos a coerência de um conjunto de elementos – refere-se exclusivamente ao conteúdo ideal. Ela ocorre quando encontramos esse conteúdo, que nasce na realidade ou na imaginação, no presente ou no passado. Não compreendo São Paulo por causa de sua realidade histórica. Ocorre, por assim dizer, o inverso: só compreendo dessa realidade os conteúdos que dela consigo abstrair idealmente. Sua existência, a realidade como tal, é o que tenho de admitir, e a compreensão independe dela. Quando, dessas relações ideais entre os conteúdos, deduzimos que um deles é real, só estamos transferindo para ele a realidade que por outras vias já constatamos para algum outro conteúdo.

Essa ideia não contradiz o fato de que tal compreensão pode incluir relações de tempo. É o caso, por exemplo, de quando se trata de compreender como um fenômeno procede de outro fenômeno que é sua causa. Então, o conjunto desses fenômenos constitui a unidade de compreensão, e a relação temporal, necessária à sua ordem e à sua duração, é um conteúdo que exige ser compreendido. Mas essa compreensão, que visa a estabelecer a relação de elementos determinados, independe do lugar que o conjunto ocupa em nossa cronologia: se ele é compreendido, não é por ocupar tal posição, mas porque seus conteúdos se condicionam uns aos outros. Esse tempo imanente, próprio de um conjunto de fatos compreendidos, não é o tempo histórico. É semelhante ao tempo que, nas ciências da natureza, convém medir durante uma experiência; nada tem a ver com a data na qual, na cronologia do calendário, essa experiência foi feita. Seria falso objetar com o ponto de vista do empirismo e afirmar que certos fenômenos só podem ser compreendidos porque estão situados num momento determinado no tempo. Está certo dizer que a expansão do cristianismo só pode